

ARTIGOS

JARDINS, POMARES E O HORTO: AS ESPÉCIES VEGETAIS INTRODUZIDAS E SEUS ESPAÇOS NA CIDADE DE VILA RICA, SÉCULOS XVIII E XIX

Leandro Vieira da Silva* **

*Instituto Estadual de Florestas, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, MG, Brasil

**Fundação Estadual do Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

Desde os primórdios da implantação das primeiras cidades no Brasil, os colonizadores portugueses tomaram decisões que transformaram a paisagem natural. Ao longo de mais de trezentos anos de domínio lusitano, assistiu-se à edificação de construções suntuosas, como igrejas, palácios, fortes, casarões, pontes etc., bem como à introdução de várias espécies vegetais que fizeram parte de espaços como jardins, hortas, pomares, quintais e hortos botânicos. Partindo da problemática de que a manipulação da natureza marcou uma nova etapa na trajetória das cidades e entendendo que essas plantas são integrantes da cultura material arqueológica daquele contexto, a proposta deste artigo é discutir a importância socioeconômica dessas espécies, tomando como estudo de caso a cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto. Do ponto de vista teórico, a pesquisa foi estruturada no conceito de paisagem e a metodologia baseou-se na leitura de relatos de viajantes, na pesquisa de coleções fotográficas do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, na recuperação de levantamentos (etno) botânicos realizados na cidade e na vistoria a sítios histórico-arqueológicos. O trabalho enfatiza a importância dos vegetais no assentamento dos colonos e no próprio desenvolvimento da urbe, analisa como jardins, pomares e o Horto Botânico de 1799 estavam situados na paisagem urbana e discorre sobre a ideologia do controle sobre a natureza, enquanto estratégia usada por Lisboa para desenvolver o seu projeto de colonização.

Palavras-chave

Paisagem urbana; História da cidade; Espaço Urbano; Arqueologia Urbana; Arqueologia da Paisagem; Vila Rica; Ouro Preto.

ARTICLES

GARDENS, ORCHARDS AND THE BOTANICAL GARDEN: THE PLANT SPECIES AND THEIR SPACES IN THE CITY OF VILA RICA, 18TH AND 19TH CENTURIES

*Leandro Vieira da Silva** **

*Instituto Estadual de Florestas, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, MG, Brazil

**Fundação Estadual do Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, MG, Brazil

Abstract

Since the early days of the establishment of the first cities in Brazil, decisions were made by Portuguese colonizers that transformed the natural landscape. Over the course of more than 300 years of Portuguese rule, sumptuous constructions such as churches, palaces, forts, mansions, bridges, etc. were witnessed, as well as the introduction of several plant species that were part of spaces such as gardens, vegetable gardens, orchards, backyards and botanical gardens. Starting from the problem that the manipulation of nature marked a new stage in the trajectory of cities and understanding that these plants are part of the archaeological material culture of that context, the proposal of this article is to discuss the socioeconomic importance of these species, taking the city of Vila Rica as a case study. From a theoretical point of view, the research was structured on the concept of landscape and the methodology was based on the reading of travelers' reports, research of photographic collections from the Ouro Preto Municipal Public Archive, the recovery of (ethno)botanical surveys in the city and the inspection of historical-archaeological sites. The work emphasized the importance that plants had for the settlement of the colonists and for the development of the city itself, analyzed how gardens, orchards and the botanical garden of 1799 were situated in the urban landscape and discussed the ideology of control over nature, as a strategy used by Lisbon to develop its colonization project.

Keywords

Urban landscape; History of the city; Urban space; Urban archaeology; Landscape archaeology; Vila Rica; Ouro Preto.

JARDINS, POMARES E O HORTO: AS ESPÉCIES VEGETAIS INTRODUZIDAS E SEUS ESPAÇOS NA CIDADE DE VILA RICA, SÉCULOS XVIII E XIX¹

Leandro Vieira da Silva

Introdução

O presente artigo tem como objetivo encaminhar algumas discussões sobre a paisagem urbana, em que as plantas nativas e exóticas que estavam localizadas no espaço de Vila Rica constituem o mote da investigação. O viés interpretativo do estudo se baseia no entendimento de que esses vegetais são verdadeiros artefatos arqueológicos e, nessa condição, não são vistos apenas como simples mercadorias, mas também como agentes socioeconômicos no contexto daquela urbe. Dessa maneira, tratou-se de perfilar esses biofatos como vetores ativos para a cidade durante os séculos XVIII e XIX. Instalando-se no interior do Brasil, longe do litoral e em área extremamente montanhosa, a elite colonial implantou no espaço urbano da maior cidade daquela época grande variedade de vegetais destinados a diversos fins. Parte-se do pressuposto de que a “biota portátil” não teve papel passivo ao longo do processo urbanístico, mas foi ativamente planejada e selecionada para contribuir na legitimação da estrutura social que estava sendo sustentada pela exploração aurífera.

Assim, por ser uma temática que envolve domínios públicos e privados, como jardins, pomares e hortos, e também reconhecendo que as plantas – como qualquer elemento da cultura material – tiveram funções pragmáticas e/ou simbólicas na estruturação da paisagem, coube examinar em que medida os vegetais foram manipulados pela elite luso-brasileira para atender aos seus anseios, exercer controle social e impor valores culturais.

1. Agradeço à historiadora Helenice Afonso de Oliveira pela disponibilização do acervo fotográfico do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, Minas Gerais, à professora Andreia Miranda pelo registro fotográfico do seu quintal e aos pareceristas anônimos pela criteriosa avaliação deste artigo.

1. A paisagem como referencial

A perspectiva teórica que concebe a cidade como um grande vestígio, e que pode ser examinado como tal, parte do entendimento de que ela é o cenário onde relações sociais entre diferentes grupos socioculturais foram materializadas na paisagem. Essa característica da urbe permite a arqueólogos, antropólogos, historiadores, urbanistas, sociólogos, filósofos e geógrafos elaborar profícuas reflexões teóricas sobre a maneira como a cidade atua sobre o cotidiano dos indivíduos, estabelece normas, valoriza e dissemina atitudes, legitima desigualdades por parte de grupos dominantes e manifesta resistências por parte de grupos dominados (Duncan, 1990).

O conceito de “paisagem” apresenta grande densidade teórica, porém Barthes admite a impossibilidade de alcançar os significados de uma paisagem de forma rígida, exata e precisa (Pereira, 1996). Apesar de ser uma visão de pouco alento, concordamos com o filósofo francês a respeito da compreensão de uma paisagem na sua totalidade, razão pela qual a pesquisa se voltou deliberadamente para um espaço urbano. Entende-se que a paisagem urbana, associada ao resultado da intensa antropização do espaço natural, exprime uma série de códigos de maneira diacrônica, posto que novas ordenações espaciais vão aparecendo ao longo do tempo em virtude do próprio dinamismo que é característico dos ambientes urbanos.

Em termos paisagísticos, leiam-se por “códigos” os arranjos espaciais que transmitem significados sociais como valores, normas, julgamentos, preferências, ideais, regras, conceitos, estéticas, comportamentos etc. Utilizando a expressão de Orlandi (2001), as cidades estão imersas em uma “inflação de signos”. E, diante dessa potencialidade, a investigação tentou realizar uma leitura acerca dos códigos socioculturais da antiga cidade de Vila Rica com base em seus espaços verdes.

Para Santos (2008, p. 46), “o espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente”. A ideia dessa autora remete à uma perspectiva diacrônica, no qual os moradores de uma cidade ajudam, ao longo do tempo, a criar, reproduzir, transformar ou extinguir diversas relações sociais, como resistência às autoridades, legitimação de hierarquias, processos de exclusão, controle na mobilidade dos indivíduos e na (in)visibilidade de determinados grupos.

Especificamente em relação à visibilidade dos colonizadores portugueses nas paisagens urbanas, a bibliografia já apresentou muitos resultados, com base nas clássicas discussões sobre a origem espontânea ou planejada das urbes coloniais, com a atual concordância entre os pesquisadores de que as cidades coloniais

brasileiras foram, em grande medida, planejadas pelos antigos colonizadores (Reis, 1964; Delson, 1997; Schürmann, 2012). Especificamente para o contexto das Minas setecentistas, Bastos (2003; 2007, 2012; 2016) defende que a formação de povoações na capitania de Minas Gerais no século XVIII estava realmente condicionada a preceitos de decoro, conveniência e adequação. Eles seriam constituídos por regimentos, doutrinas e costumes muito relevantes à arte luso-brasileira da arquitetura e à prática portuguesa de construir praças e povoações, adaptando-se às várias circunstâncias encontradas nos sítios onde eram implantadas.

Dessa forma, tentando seguir as ideias de Bastos (2016) no tocante ao decoro, mas deixando de lado as grandes arquiteturas, direciona-se o olhar para outras problemáticas. Admite-se que realmente houve ações por parte dos colonizadores portugueses para planificar o uso do solo urbano em vários aspectos. Contudo, para além das edificações, é preciso refletir sobre outros elementos que não estão no espectro direto da engenharia. Neste sentido, os vegetais faziam parte da paisagem urbana, mesmo que de forma mais circunspecta, mas certamente tiveram importância no desenvolvimento da cidade.

2. Materiais e métodos

Na trajetória de Vila Rica, a necessidade de víveres alimentícios de primeira ordem foi uma preocupação real, e as plantas proporcionaram as bases vitais para os luso-brasileiros diante de um cenário natural tão complexo. Foi o que sinalizou o próprio governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho no Termo de Ereção de Vila Rica de 8 de julho de 1711, quando afirmou que “não achava o sítio muito acomodado” (*apud* Bastos, 2012, p. 208).

Diante dessa particularidade geográfica, o espaço urbano de Vila Rica foi compreendido como uma unidade analítica e, diante disso, a investigação voltou-se para a arqueologia da cidade, cujo objeto de estudo é a própria urbe, nos quais os vestígios arqueológicos estão integrados em um sistema e a cidade é entendida como um único e grande artefato arqueológico (Santos, 2009; Costa, 2014; Mangueira, 2018; Colpas, 2023; Silva, 2023).

A fim de seguir essa linha de pesquisa, o trabalho assentou-se em quatro linhas de ação: (i) a leitura de relatos de viajantes sobre a paisagem urbana, com especial atenção aos espaços verdes e às plantas mencionadas; (ii) a compilação de levantamentos florísticos (principalmente as exóticas de origem europeia); (iii) pesquisa na coleção fotográfica do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto; e (iv) atividades de campo na área histórica da cidade para realizar registros fotográficos de estruturas arqueológicas.

3. O espaço natural de Vila Rica

O espaço natural de uma paisagem é composto de vários elementos que estão ligados aos aspectos físicos e bióticos, como o clima, a geologia, os solos, o relevo, a hidrografia e a cobertura vegetal. Em relação ao clima da atual Ouro Preto, Carvalho (1982) o define como tropical de montanha, em que a baixa latitude é compensada pela altitude e pela conformação orográfica regional. As chuvas caem de outubro a abril, e o efeito orográfico, também chamado de “chuvas de relevo” ou “chuvas orográficas”, ocorre quando uma massa de ar encontra uma encosta. A pluviosidade anual é de 1.552 mm. A temperatura média máxima é de 23,7 graus, a temperatura média mínima é de 12,7 graus, com a ocorrência de geadas e temperatura média geral de 18,3 graus (Gimmler, 2014).

Existe ainda um dado controverso sobre a localidade, porém digno de nota: foi relatada a queda de neve em 1843 em uma publicação no *Diário Oficial* alguns anos mais tarde (Brasil, 1893). Contudo, não há maiores informações a respeito desse fenômeno. Até o presente momento, a menor temperatura oficialmente registrada na localidade foi de zero grau em 15 de junho de 1925 (Carvalho Júnior, 2004). De toda forma, essa possibilidade pode sinalizar que o clima na cidade no período colonial poderia ser mais frio do que o atual e tal cenário poderia ter encorajado os portugueses a adaptar espécies vegetais de origem europeia.

A cidade ocupa as encostas da Serra de Ouro Preto e os contrafortes da Serra do Itacolomi sobre rochas metassedimentares dos supergrupos Minas e Rio das Velhas em uma diversidade de litologias, com ocorrência de gnaisses, filitos, xistos, quartzoxistos, quartzitos, itabiritos, calcários, anfíbolitos e esteatitas (pedra-sabão). O relevo é bastante montanhoso, apresentando escarpas abruptas, encostas côncavas, colinas com topos aplainados e ondulados e morros com topos arredondados e angulosos. O atual município apresenta altitude média de 1.150 metros (Nascimento, 2016).

Os solos são distróficos e muito ferruginosos, o que proporciona a cor avermelhada. Durante a estação seca, a evaporação é intensa, e no período úmido ocorre lixiviação, que carrega os nutrientes e elementos químicos do solo por meio da percolação das águas das chuvas. Esse fato explica, em geral, por que os solos da região não são férteis para a agricultura. Aliada a esse fator, a inclinação das vertentes favorece a formação de solos rasos e a ocorrência de intensos processos erosivos (Popp, 2013; Gimmler, 2014; Ospina *et al.*, 2021). Em relação à vegetação original, a cidade está localizada na transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, onde ocorrem florestas montanas, florestas estacionais semidecíduais, florestas ripárias e campos rupestres (Scalco, 2009).

4. A formação da urbe e a ordenação do espaço

Entre o final do século XVII e o início do XVIII, a estruturação dos caminhos, das estradas e das vias estava relacionada diretamente com as áreas de mineração, ou seja, onde se encontrava ouro, surgia o assentamento. Este era determinado pelo lugar da mina e, aos poucos, foram implantadas as construções provisórias que serviam de abrigo aos trabalhadores, bem como construído o equipamento público de maior significado social para aqueles aglomerados, como as capelas (Oliveira, 2006; Vasconcellos, 1977). Diversas cidades mineiras se formaram em decorrência desse processo, incluindo Vila Rica. Sua formação ocorreu linearmente ao longo desses caminhos, unindo os três principais morros da localidade, situados na região de Cabeças, Praça Tiradentes e Santa Efigênia (Salgado, 2010).

A topografia acidentada da localidade apresentou limitações ao planejamento urbano, fazendo com que a regularidade dos traços fosse adaptada para aquela geomorfologia com suas ladeiras íngremes, mas sem perder de vista a ordem e o poder sobre os colonos. As autoridades portuguesas tentaram tirar o melhor proveito do espaço natural para os usos públicos e privados, resultando na paisagem descrita por Smith (2012), em que sobressai a tortuosidade da planta da cidade com suas ruas apresentando larguras variadas, traçadas em curvas de forma a obedecer ao relevo montanhoso.

Borrego (2004) e Fonseca (2012) consideraram diversos aspectos da formação das povoações daquele contexto alicerçados na mineração: a delimitação e a gestão dos rossios e dos chãos foreiros, o direito de utilização das nascentes, o sistema de adução d'água, a abertura, a regularização, a pavimentação, a conservação das ruas e das praças, o financiamento e a construção de pontes e chafarizes, a cobrança de taxas municipais, a garantia de construção de edificações públicas e o policiamento e o saneamento públicos. Várias situações geraram dissensos entre a Câmara e os moradores, com algumas resolvidas localmente e outras levadas para serem arbitradas pelo rei e seu Conselho Ultramarino. Além das correspondências oficiais, as situações conflituosas foram registradas em documentos como livros de aforamentos, de tombo de propriedades foreiras etc., indicando que havia interesse por parte da metrópole no planejamento e ordenamento da cidade.

5. Ambiguidades nas áreas verdes

Conforme exposto no item anterior, Vila Rica teve uma gestão pública extremamente ativa quanto às atividades referentes à feição urbanística, e essa formação marcou um aspecto peculiar relativo à dinâmica de uso dos espaços verdes da cidade, como o Horto, os jardins e, principalmente, os pomares. Ocorria uma relação ambígua entre o conceito da regulação territorial, que, segundo Bastos (2012),

implica decoro, adequação, formosura, harmonia, conveniência, asseio, capacidade, primor de fábrica, aparência, dignidade e decência no que se refere aos usos dos espaços verdes realizados pelos cidadãos, já que essas porções de terra eram fontes de abastecimento alimentar da população. Por serem propriedades particulares, territórios da intimidade e da domesticidade, o governo metropolitano não dispunha de autonomia para regulamentar os usos dados a tais espaços.

Meneses (2015), cujo estudo contemplou os quintais das casas coloniais mineiras, expôs a ligação entre a casa e a rua e as conseqüentes tensões entre o privado e o público na paisagem urbana:

As fiscalizações camarárias também nos informam sobre a construção de cercas nos limites dos quintais e o risco de a vontade privada prejudicar moradores vizinhos ou o público em geral, principalmente nas questões ligadas ao acesso às águas dos córregos que serviam para o abastecimento dos moradores nos chafarizes das vilas. Os quintais “com água dentro” davam responsabilidades extras a seus donos. Assim, em Vila Rica, no dia 13 de janeiro de 1742, três moradores solicitam à Câmara licença para colocarem cercas em seus quintais. Reclamam que os vizinhos da rua dos fundos causam enormes prejuízos ao deixarem entulhos que sujam seus quintais e o córrego que passa por eles e deságua na rua. Argumentam que as cercas não prejudicariam pessoa alguma, mas, ao contrário, seriam de utilidade para todos (Meneses, 2015, p. 87).

Dessa forma, em determinados espaços verdes nos quais os vegetais foram introduzidos haveria uma situação paradoxal, que pode ser tanto o produto de decisões individuais, decorrentes de interesses e de estresses sociais, a exemplo do fantasma da fome que sempre assombrara a população de Vila Rica, como resultado de ações detalhadamente planejadas pelo governo metropolitano, e, portanto, voltadas para atender aos interesses da metrópole. Em certos casos, a fronteira entre essas duas realidades ocorria de forma tênue e, em outras, a diferença era bastante marcada.

O fausto proporcionado pela mineração aurífera possibilitou que a urbe fosse planejada para ordenar a vida da crescente população, além de ter se tornado um espaço de negociação social entre diferentes agentes. Com a chegada de todo um aparato administrativo reinol, que colocou à frente dos habitantes diversas opções de comunicação com o poder metropolitano para sanar dilemas e querelas do cotidiano, houve inúmeras ações para regularizar o tecido urbano, um processo que foi acordado entre as partes, mas que também foi sustentado à custa da própria submissão dos moradores.

No que tange aos espaços verdes, como jardins, pomares e o Horto Botânico, também houve a preocupação da metrópole em adequá-los da melhor maneira

possível ao relevo montanhoso. Com base na consulta a relatos de viajantes, foi possível identificar diversos aspectos que estão relacionados à configuração desses locais.

E, como discussões que envolvem paisagens necessitam de espacializações, apresentamos imagens da atual cidade de Ouro Preto, com a indicação dos espaços que foram destacados e descritos ao longo do artigo. Utilizam-se como referência de localização a atual Praça Tiradentes e o atual Museu da Inconfidência (Figuras 1 e 2).



Figura 1. Imagem da atual cidade de Ouro Preto com a indicação do quintal da casa do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, da área do antigo jardim da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e do jardim da casa de Marília de Dirceu

Fonte: Arquivo do autor com o uso do Google Earth (2024).



Figura 2. Imagem da atual cidade de Ouro Preto com a indicação do Horto Botânico, o quintal do casarão da rua Alvarenga, número 58, e o quintal da casa do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga

Fonte: Arquivo do autor com o uso do Google Earth (2024).

6. Jardins

John Mawe foi um inglês que esteve no Brasil entre os anos de 1807 e 1811, durante os quais ficou por muito tempo em Minas Gerais. Passou por Vila Rica, deixando nos seus registros certo desencantamento pela cidade. De todo modo, ele mencionou os jardins:

A cidade sofreu melhoramentos; as ruas foram traçadas com mais regularidade; aplainou-se o declive da montanha em vários lugares, a fim de dar mais espaço próprio à construção de casas e ao estabelecimento de jardins. Construíram-se reservatórios, que distribuíam água por meio de canos para todos os pontos da cidade, e erigiram-se fontes nos lugares mais convenientes e centrais [...]. Os jardins, plantados com muito gosto, apresentam, em sua disposição, espetáculo curioso. Como é difícil encontrar em todo o flanco da montanha espaço plano de trinta pés quadrados, remediaram essa falta, aplainando espaços uns sobre os outros, a distâncias iguais e sustentando-os por muros pouco elevados; escadas conduzem de uns a outros. Esses terraços me parecem o verdadeiro império de Flora, porque jamais vira tal profusão de belas flores. Há, também, excelentes hortaliças de toda espécie, tais como alcachofras, aspargos, espinafre, repolhos, feijão e batatas. Existem frutos indígenas que se aperfeiçoariam, sem dúvida, com melhor sistema de cultivo. O pessegueiro parece ser a única árvore europeia de fruto exótico aqui introduzida até agora; floresce de maneira surpreendente (Mawe, 1978, p. 122).

Em 1817, Auguste de Saint-Hilaire (1938) fez descrições minuciosas sobre a cidade e observou a existência de jardins “que forma[m] no mesmo plano que a habitação um terraço estreito, e contei até vinte e dois desses terraços que se elevavam em anfiteatro uns por cima dos outros”, como se vê no relato a seguir.

As casas se encontram assim dispostas por grupos desiguais, e cada uma é, por assim dizer, construída em plano diferente do das outras. A maioria tem um pequeno jardim longo e estreito, muito malcuidado. Esses jardins são sustentados por uma muralha pouco elevada, quase sempre coberta por imensa quantidade de fetos, gramíneas, musgos, e na mais das vezes formam uns por cima dos outros uma série de terraços cujo conjunto apresenta uma vez ou outra uma massa de verdura, tal como jamais se vê nos nossos climas temperados. Dessas casas, assim entremeadas de cumes áridos e tufos condensados de vegetais, resultam pontos de vista tão variados como pitorescos; a cor enegrecida do solo, a dos tetos, que não é menos escura, o verde carregado das laranjeiras e cafeeiros muito multiplicados nos jardins, um céu quase sempre nevoento, a esterilidade dos morros não edificadas, dão, porém, ao panorama um aspecto sombrio e melancólico [...] As casas que formam o grupo da direita, aproximadas umas das outras, não deixam entre si quase espaço nenhum; cada qual tem um jardim que forma no mesmo plano que a habitação um

terraço estreito, e contei até vinte e dois desses terraços que se elevavam em anfiteatro uns por cima dos outros. Os fetos que cobrem as muralhas dos terraços mascaram a cor das pedras, e, misturando seu verdor às tintas mais carregadas das plantas cultivadas nos jardins, produzem um efeito muito decorativo; se, porém, essas parasitas demonstram a força da vegetação nesses felizes climas, atestam ao mesmo tempo a negligência do homem, e aumentam o aspecto de abandono que têm as habitações [...]. Os pequenos jardins que, como já o disse, acompanham as casas, são geralmente muito pouco cuidados. Laranjeiras, cafeeiros e bananeiras aí se veem, plantados quase sempre sem ordem. A couve é o legume que mais se cultiva; e, entre as flores, as preferidas são os cravos e a rosa de Bengala, que conserva sua cor primitiva (Saint-Hilaire, 1938, p. 129).

O botânico Carl Friedrich von Martius passou por Vila Rica no período colonial, em 1818, e descreveu a visão que o local onde hoje se situa a Praça Tiradentes proporcionava:

Embora escondido numa estreita garganta e tendo, em volta, montanhas áridas de pedra, mas circundado de jardins artísticos, em beleza comparáveis aos campos, era este lugar, desde outrora, a meta para onde acudiram não somente os paulistas como também os portugueses em grande número (*apud* Matos, 1974, p. 245).

Já em tempos imperiais, estando sob o reinado de Dom Pedro I e renomeada como Ouro Preto, o médico e capelão inglês Robert Walsh fez uma viagem pela cidade entre 1828 e 1829 e, ao passar por ali, encontrou a paisagem já muito decadente com o exaurimento das fontes minerais:

Nada poderia ser mais melancólico do que o decadente aspecto apresentado por aquela que em outros tempos tinha sido a cidade do ouro. No começo do caminho de pedra jaziam os restos de um grande prédio, com numerosos escritórios e principescos jardins mandados fazer por algum visionário caçador de ouro; agora não passava de um montão de ruínas (Walsh, 1985, p. 97).

Gardner, naturalista escocês, visitou Vila Rica em 1838, então sob o reinado de Dom Pedro II e há em seu relato uma passagem sobre espécies de plantas nativas. Vale, portanto, reproduzir o que ele escreveu sobre Ouro Preto:

A imperial cidade de Ouro Preto, antigamente Vila Rica, está a cerca de duas léguas de Mariana, na direção de sudeste. A estrada, que é muito boa, eleva-se gradualmente Ouro Preto, em muitos sítios à sua margem estão plantadas a distâncias irregulares figueiras silvestres naturais do país, as quais[,] crescidas, não somente dão boa sombra como acordam em um europeu lembranças de sua terra natal (*apud* Matos, 1974, p. 246-247).

Segundo Silva (2007) e Vieira (2016), as ruas não apresentavam arborização nem jardins públicos, ficando a massa verde da cidade restrita ao fundo dos quintais, com as frentes mais estreitas e os fundos alongados. Os jardins situados nos espaços públicos eram diminutos e não representavam nem de longe os grandes jardins europeus da época. A Figura 3 apresenta partes remanescentes de um jardim situado na praça da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com seu aspecto visual já bastante modificado. A Figura 4 apresenta a parte frontal da antiga casa de Marília de Dirceu, a musa do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, que foi preso em 1789 e morreu no degredo, em Moçambique. Vale destacar que a fachada poderia abrigar um pequeno jardim no passado.



Figura 3. Aspecto do atual espaço público em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Arquivo do autor (2023).



Figura 4. Solar da família Ferrão, antiga residência de Marília de Dirceu
Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

7. Pomares

Com o decorrer do século XVIII, a cidade foi crescendo em terreno de topografia muito acidentada, o que exigiu a realização de aterros e de cortes constantes, apesar de sua execução apresentar dificuldade em razão da dureza do solo. As vias, em geral, estão dispostas ao longo das encostas, com os lotes apresentando, em sua maioria, aclives significativos de um lado e declives do outro, como mostra a Figura 5.



Figura 5. Declive de um quintal, delimitado por muros de pedra seca
Fonte: Arquivo do autor (2023).

A forma alongada da maioria dos lotes pode ser explicada pelo costume de estipular apenas a medida de sua testada². Nos pedidos de concessão, não era estabelecida a profundidade dos lotes, nem pelos solicitantes nem pela Câmara. Esse tipo de concessão gerou lotes estreitos e profundos, como mostra o mapa datado do último quartel do século XVIII³, na Figura 6. Eles atravessavam os quarteirões perpendicularmente, com as edificações implantadas na testada, sem afastamento frontal ou lateral, e os fundos prolongados até atingir alguma barreira, fosse um córrego, fosse um terreno vizinho ou a via pública oposta (Salgado, 2010).

2. Testada é o comprimento máximo do alinhamento frontal de um lote na divisa com a via pública (Salgado, 2010).

3. Segundo Vieira (2016), o autor do mapa é Manuel Ribeiro Guimarães. Trata-se do mais antigo mapa de Vila Rica e seu original está no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.



Figura 6. Mapa histórico de Vila Rica, com destaque para os fundos dos lotes
Fonte: Vieira (2016).

Vasconcellos (1977), ao discorrer sobre as definições das Ordenações e Leis do Reino de Portugal de 1747, explanou que as construções e a delimitação do espaço urbano eram rigorosamente controladas por Portugal e isso incluía até mesmo os quintais. Segundo esse autor, os lotes tinham um formato irregular, e eram maiores na periferia da povoação, o que favorecia a existência de pequenas chácaras com hortas e pomares destinados a suprir a carência do comércio local. Tais lotes, geralmente, eram implantados em degraus, ou terraços, contidos por muros de pedras, conforme pode ser visto nas Figuras 7 e 8. Já nas áreas centrais, mais valorizadas, os lotes tinham dimensões reduzidas, com testadas que geralmente não ultrapassavam 10 metros (Salgado, 2010).



Figura 7. Quintal disposto em degraus formando terraços
Fonte: Arquivo do autor (2023).



Figura 8. Aspecto do quintal murado e com estrutura de tanque em propriedade que pertenceu a Tomás Antônio Gonzaga

Fonte: Arquivo do autor (2023).

Em algumas residências da atual Ouro Preto, ainda há quintais com os espaços originais bem preservados. Um deles é o da casa de número 58 da rua Alvarenga, no bairro Cabeças, que abrigou o antigo Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (Figuras 9 e 10). Esses locais apresentam amplo potencial arqueológico, com a possibilidade de recuperar vestígios do cotidiano doméstico, a exemplo de artefatos cerâmicos, vítreos e metálicos, restos de ossos de animais, vestígios (macro e micro) botânicos e a identificação de possíveis espécies arbóreas de grande longevidade, as quais podem remeter ao período colonial.



Figura 9. Residência que abrigou o antigo Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

Fonte: Arquivo do autor (2023).



Figura 10: Quintal da residência na rua Alvarenga, número 58

Fonte: Arquivo do autor (2023).

Johann Baptist Emanuel Pohl (1951) teceu considerações sobre as edificações de Ouro Preto em seus relatos no ano de 1821. Ele ressaltou a presença de bananeiras e laranjeiras nos pomares e ainda dos muros de pedra seca que protegem os caminhos e as divisas.

Oliveira (2010), em sua pesquisa sobre os quintais e jardins de Olinda e de Ouro Preto, trabalhou os elementos da percepção sensorial, como o clima, o aroma, a cor, a luz, o refrigério, o sabor e a sonoridade, além de construções relacionadas com a água, a exemplo dos diversos chafarizes, bicas, fontanas e tanques espalhados até hoje pela cidade, os quais também ajudavam a irrigar os pomares das propriedades particulares. O Chafariz da Glória, mostrado na Figura 11, a seguir, e chamado de Antiga Fonte de Ouro Preto, foi construído em 1753 para abastecer a cidade. A inscrição em latim que faz parte da construção pode ser assim traduzida: “O Senado vela por nós, ama a abundância, fabrica tanques, proporciona água corrente e aborrece a sede”.



Figura 11. Chafariz da Glória

Fonte: Arquivo do autor (2023).

8. Horto Botânico

O Horto não nasceu da necessidade de um espaço público destinado ao deleite das elites locais, ainda que essa fosse uma de suas atribuições secundárias. Para além de oferecer algum sinal de modernidade à urbe, foi erigido com o intuito de propiciar a necessária diversificação econômica regional, fundada no melhor conhecimento da diversidade botânica, sobretudo das chamadas drogas do sertão. Além da necessidade de conhecer com maior profundidade a história natural da capitania, pretendeu-se, com esse espaço, propiciar a aclimatação de espécies exóticas que ali pudessem ser reproduzidas por sua qualidade e interesse para a economia (Pereira, 2018).

A criação desse espaço foi determinada por ofício régio exarado em Lisboa, em novembro de 1798. Quanto ao seu planejamento físico, baseado no risco de Manuel Ribeiro Guimarães, podem-se visualizar os passantes da rua de São José e sete patamares, estrategicamente localizados ao lado da Casa dos Contos, no córrego do Tripuí, e dispostos simetricamente em estilo italiano, como pode ser observado na Figura 12 (Pereira, 2018). Assim foi instituído, em 1799, o segundo Horto Botânico da América portuguesa, precedido pelo Jardim Botânico de Belém e anterior aos de São Paulo, Olinda, Salvador e o da Lagoa Rodrigo de Freitas, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Maia, 2015).

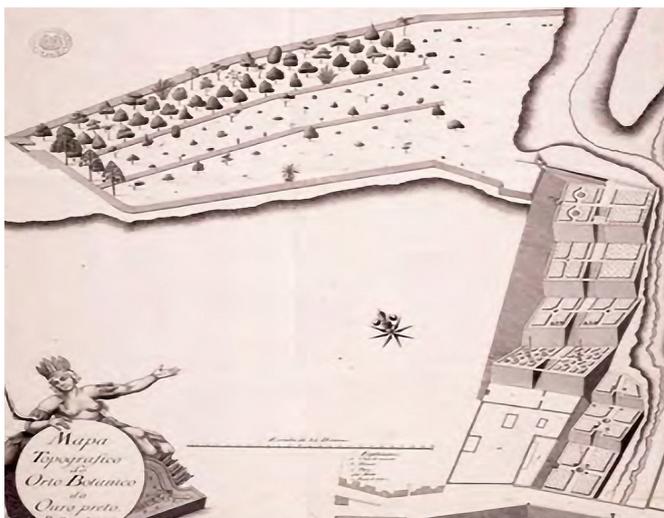


Figura 12. Planta do Horto Botânico (1799)

Fonte: Maia (2015).

Segundo Carrato (1971), toda a estrutura do Horto teria sido “planejada pelo doutor Veloso de Miranda”, que, inclusive, residia a poucos metros de seu novo empreendimento, em uma casa localizada em frente à Casa dos Contos e que passava por reformas na época em que o autor desta publicação realizou trabalhos de campo na cidade de Ouro Preto como parte da pesquisa (Pereira, 2018). O imóvel é mostrado na Figura 13.



Figura 13. Imóvel onde residiu o naturalista Joaquim Veloso de Miranda (à esquerda) e a plaqueta com sua biografia resumida (à direita)

Fonte: Arquivo do autor (2023).

A Figura 14 exhibe parte da área do antigo horto que margeava o córrego. Essa configuração revela, por um lado, seu caráter utilitário e, por outro, o bom gosto com que a obra foi construída, tornando-se apta a receber, nas horas de lazer, as pessoas mais distintas e influentes da capitania (Pereira, 2018).



Figura 14. Parte da área do antigo horto e a Casa dos Contos, à direita
Fonte: Arquivo do autor (2023).

Nos patamares inferiores, situados ao lado da Casa dos Contos, estavam localizados os jardins principais, dispostos geometricamente por entre caminhos calçados de pedras. O primeiro deles era ornado com uma fonte suspensa sobre um pedestal oitavado e um tanque, como está demonstrado no desenho de José Walsh Rodrigues na Figura 15 (Pereira, 2018). Realizado entre os anos de 1928 e 1931, retrata como deve ter sido o primeiro patamar do Horto Botânico.

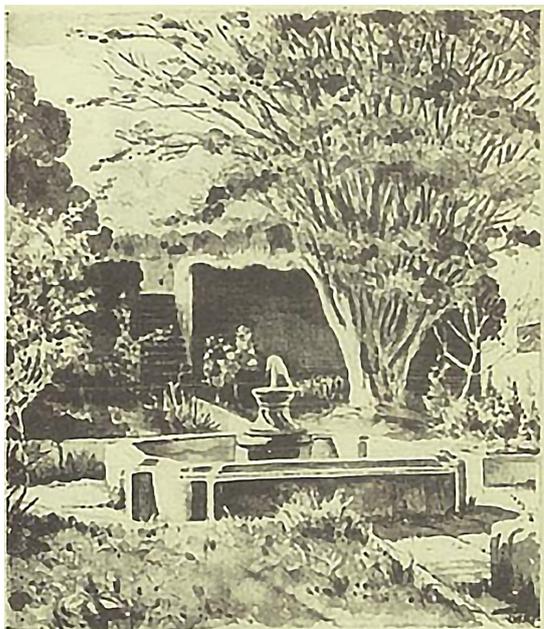


Figura 15: Gravura de José Walsh do primeiro patamar do Horto Botânico
Fonte: Pereira (2018).

É provável que nesse canteiro e nos imediatamente dispostos nos níveis superiores fossem cultivadas, sobretudo, plantas ornamentais. Nos fundos do terreno, avançando sobre a encosta, uma área de maior dimensão era destinada ao cultivo de espécies de grande porte, provavelmente árvores frutíferas, mas também outras voltadas à construção civil, em caráter utilitário (Pereira, 2018). Em correspondência com o dr. Joaquim Veloso de Miranda, o ministro encarregado dos domínios ultramarinos de Portugal afirma que o príncipe regente dom João (futuro rei Dom João VI) parabenizava a implantação do Horto. Lembrava nessa comunicação que o espaço tinha como principal função aclimatizar no país especiarias, como o cravo-da-índia, a canela e a pimenta (Maia, 2015).

No primeiro ano de funcionamento do Horto de Vila Rica, foram construídos canteiros, iniciando o cultivo de plantas e a catalogação das espécies ali existentes. Ainda naquele ano, o reino de Portugal mandou investigar se havia plantas que poderiam ser utilizadas para fabricar papel. Coube ao diretor da instituição analisar dezoito espécies de árvores, dentre elas a guaxuma-branca, a embira-branca e a vermelha, assim como a gameleira, o que demandou nove meses de trabalho (Maia, 2015).

Entre as finalidades do Horto estavam a aclimação de plantas exóticas e de plantas indígenas e a análise de sua importância para o desenvolvimento econômico. Além do estudo das espécies vegetais, a administração do espaço teria de propor novos cultivos e implantar modernas técnicas agrícolas. Assim, Joaquim Veloso de Miranda pediu à cidade de Mariana diversas mudas de amoreiras; à freguesia de Piranga, tamarindos; à localidade de Calambau, fruta-de-arara, bacopa de todas as qualidades, palmitos, sapucaias e araxixás; e, da localidade de Passagem (Mariana), mudas de baunilha (Maia, 2015).

Consta que o diretor do Horto Botânico de Vila Rica solicitou oficialmente ao intendente da Vila de Sabará as seguintes espécies: jenipapo, mangabas, romãs, “indaiá lorarteiro”, coqueiros de macaúbas, caju-rasteiro, gabimbas de todas as qualidades e “caju de amore”. Da mesma forma, escreveu para o sargento-mor da localidade de São José, atual cidade de Tiradentes, pedindo mangas, castanheiro, nogueira, pequi, tamarindo, romãs, cajus de árvore, grumixamas e laranjas-seletas. E, da distante Vila do Paracatu do Príncipe, no noroeste da capitania de Minas Gerais, o naturalista manifestou o intuito de obter fruta-do-conde,ambu, jaca, coqueiro (chamado garimba) e ata (também denominada fruta-do-conde) (Maia, 2015).

9. As espécies vegetais

Em relação a trabalhos de natureza histórica, o estudo de Chaves (1995) apresentou informações sobre a produção, em Vila Rica, de laranja, banana, quiabo, couve, mamona, mandioca, grão-de-bico, cevada, arroz e feijão dos tipos miúdo e

fradinho. Alguns desses itens faziam parte da alimentação cotidiana da população, como o feijão, o milho, sob a forma de farinha, e a couve.

Segundo Magalhães (2004), há um documento datado do final do século XVIII, de autoria de José Joaquim da Rocha, em que ele menciona a abundância de hortaliças e de frutas na cidade e cita algumas das espécies cultivadas: couve, repolho, cebola, banana, abacaxi, mamão, laranja, pêssego, marmelo e café.

Já Oliveira (1999, 2008) realizou um levantamento documental e de campo do ponto de vista qualitativo sobre as espécies de plantas que foram identificadas nas áreas históricas da atual Ouro Preto. Esse trabalho hercúleo, iniciado em 1993, apresentou notável diversidade botânica e resultou em aproximadamente 1.596 espécies de plantas nativas e exóticas nos quintais. Não se sabe se todas as espécies vegetais estavam presentes desde a época da Colônia, mas, de toda forma, é um universo extremado e que demonstra a interferência humana nos aspectos bióticos de uma paisagem.

Em razão do grande número de espécies, serão enumeradas aqui as principais, tanto nativas quanto exóticas, com o uso dos nomes populares. A listagem completa, acompanhada dos nomes científicos, pode ser acessada na tese de Oliveira (2008). São elas: abacateiro, abacaxi, alecrim, ameixeira, amoreira, arará, aroeira, aroeirinha, árvore-da-felicidade, assa-peixe, bananeira, bambu, bico-de-papagaio, café, cambucá, cana-de-açúcar, caqui, cedro, cheflera, cipreste, coqueiro, eritrina, espirradeira, figo, gameleira, giesta, goiabeira, graviola, hibisco, ipê, jabuticabeira, jacarandá, jambeiro, jambolão, jatobá, kiwi, laranjeira, limoeiro, limeira, louro, macieira, mamoeiro, mangueira, maracujá, marmeleiro, mexengueira, pau-doce, pera, pessegueiro, pinheiro-do-paraná, pitangueira, primavera, quaresmeira, romã, uva, uvaia, urucum e viuvinha (*ibid.*).

Em relação às plantas ornamentais, as principais espécies são acalifa, antúrio, avenca, azaleia, bananeirinha-da-índia, beijos, begônia, boa-noite, brinco-de-princesa, caeté-de-talo-roxo, calódio, cambará, camarão, cardeal, clorofito, cóleo, comigo-ninguém-pode, copo-de-leite, costela-de-adão, cravo-de-defunto, crista-de-galo, cróton, dália, esporinha, gerânio, gramíneas, helicônia, hortênsia, jalapa, lírio, malmequer, margarida, palma, roseira, russélia, samambaias, tritônia e zínia (Oliveira, 2008).

Dentre as hortícolas, destacam-se abóbora, agrião, alface, almeirão, arruda, bálsamo, batata-doce, bertalha, beterraba, boldo, brócolis, camomila, capeba, carqueja, cebolinha, cenoura, chapéu-de-couro, chuchu, couve, erva-cidreira, feijão, funcho, gengibre, girassol, hortelã, inhame, lágrima-de-nossa-senhora, lavadeira, levante (alevante), malva, mandioca, manjeriço, manjerona, melão-de-são-caetano, melhoral, melissa, milho, mostarda, pimenta, pimentão, quebra-pedra, quiabo, rabanete, rúcula, saião, salsa, salva, taioba, tomate, tomilho e vagem (Oliveira, 2008).

Por fim, o estudo de Messias *et al.* (2015) realizou um levantamento etnobotânico de espécies que apresentam valor medicinal entre os moradores de Ouro Preto. Essa pesquisa é particularmente interessante, pois trata dos conhecimentos tradicionais que são repassados pela oralidade através das gerações. Nesse sentido, as respostas dos entrevistados de mais idade em relação a certos vegetais têm a potencialidade de remeter aos períodos colonial e imperial.

As espécies mais citadas nesse estudo foram hortelã, levante, macelinha, boldo, funcho, bálsamo, capim-cidreira, alecrim, poejo, tanchagem, manjerição, melissa, losna, lavadeira, quebra-pedras, arnica, arruda, cidreira, saião, milefólio e sálvia. Dentre as espécies identificadas, 40% são exóticas, sobressaindo as de origem europeia, como a macelinha, a camomila, a melissa e as *Mentha spp.* (Messias *et al.*, 2015).

10. A discussão

A paisagem, sobretudo a urbana, está distante de ser somente um espelho da cultura, tendo em vista que ela mesma age de forma autônoma por meio da sua capacidade de se modificar, seja do ponto de vista ecológico, seja do ponto de vista antrópico, seja ainda uma combinação de ambos, enquanto integrante das estratégias de negociação entre os indivíduos. Por sua vez, as plantas que integram as paisagens podem ser entendidas como verdadeiros artefatos arqueológicos, pois permitem compreender inúmeros processos sociais, como diferenciação de classe, etnicidade, religiosidade, relações comerciais, alimentação etc. Apesar de não ser possível capturar todos os significados sociais das paisagens, conforme explicado no início deste artigo, o estudo de caso permitiu analisar o papel desempenhado pelo mundo vegetal na paisagem urbana de Vila Rica enquanto agente ativo, diante das ações de planejamento do poder metropolitano e dos interesses e necessidades individuais dos antigos moradores.

Jardins são espaços entendidos como verdadeiros refúgios. Na expressão usada por Laroze (1990), são como “ilhas de felicidade”, remetendo à ideia de beleza e de eterna primavera. Lugares que podem ser de domínio privado ou público, são ligados à harmonia e à estética⁴. Aqueles jardins de domínio público, situados

4. Na bibliografia arqueológica, há trabalhos clássicos no exterior que enfatizaram a questão simbólica dos jardins, como Leone (1984) e Yamin e Metheny (1996). No Brasil, o trabalho de Macedo (2006) se destaca por discorrer sobre os desafios de compreender a formação e os significados desses espaços históricos para fins de restauração. LEONE, M. Interpreting ideology in historical archaeology: using the rules of perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In: MILLER, D.; TILLEY, C. (ed). *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge: Cambridge Press, 1984. p. 25-35. YAMIN, R.; METHENY, K. *Landscape archaeology: reading and interpreting the American historical landscape*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1996. MACEDO, J. Conceitos e práticas na pesquisa arqueológica do Passeio Público. *Leituras Paisagísticas*, v. 1, p. 102-121, 2006.

em praças, largos ou travessas, têm o poder de convidar e agregar pessoas, permitindo aproximações entre os indivíduos. Para o caso de Vila Rica, ao menos no início do século XIX, esses locais não tinham tanta expressividade do ponto de vista territorial, com percepções muito extremadas em curto período de tempo. Mawe (1978, p. 122), que, como vimos, viajou entre 1807 e 1811, afirmou que “jamais vira tal profusão de belas flores”, enquanto Walsh, cuja viagem durou de 1828 a 1829, se refere aos jardins como “um montão de ruínas” (1985, p. 7).

Como frisou Collot (2013, p. 17), “a paisagem é um espaço percebido, ligado a um ponto de vista”, de modo que, embora a variação de uma paisagem seja extremamente subjetiva, essa discrepância despertou atenção. Naquela altura, o auge do ciclo do ouro já havia terminado e o único grande acontecimento nesse intervalo foi o fim da colonização portuguesa marcada pela independência do Brasil. É possível que a suposta decadência dos jardins seja decorrente dessa significativa mudança de ordem política, que se refletiu na gestão da paisagem urbana e resultou na aparência encontrada por Walsh. É possível igualmente que a mudança política tenha impactado as referências na sociedade de Vila Rica, que até aquele momento estavam bastante demarcadas diante da opulência, do luxo e do esplendor que a cidade vivera no passado; talvez os proprietários daquelas “belas flores” não tivessem mais o poder de outrora.

Os pomares são definitivamente os espaços da intimidade e da família. Segundo Oliveira (2011), eles podem permitir o isolamento e a quietação, bem como a percepção de sonoridades e o desenvolvimento do olfato para sentir o aroma de flores e de frutos. Em Vila Rica, esses lugares foram rigidamente delimitados por muros feitos de blocos de rochas, elementos naturais que são abundantes da região. Nos relatos dos viajantes, chamou atenção o aspecto da “desordem” quanto ao uso desses locais, a despeito de o governo metropolitano ter atuado no limite de sua competência administrativa no que se refere a esses espaços privados, ao tentar regularizar diversas questões, como as passagens de córregos e a deposição irregular de lixo.

É emblemático o relato de Saint-Hilaire: “Laranjeiras, cafeeiros e bananeiras aí se veem, plantados quase sempre sem ordem” (1938, p. 129). Essa assimetria também foi descrita por ele com relação ao Arraial do Tejuco, atual Diamantina: “Os jardins do Tijuco parecem-me geralmente melhor cuidados que os que haviam visto em outros lugares; entretanto eles são dispostos sem ordem e sem simetria” (*apud* Meneses, 2015, p. 80). O viajante usa a expressão “sem ordem” para as duas cidades em tom de negatividade.

Compreender melhor essa adjetivação pejorativa de Saint-Hilaire propicia o entendimento polissêmico da paisagem. A forma de organizar o espaço é subjetiva

e os pomares são os espaços do cotidiano privado por excelência. Decerto havia uma lógica nessa assimetria entre as laranjeiras, os cafeeiros e as bananeiras nas divisões criadas pelos donos dos, porém ela escapou ao viajante.

Todavia, o Horto Botânico poderia apresentar a simetria tão valorizada por Saint-Hilaire diante do projeto levado a cabo por Joaquim Veloso de Miranda. Esse ambiente de objetivos bastante particulares também foi usado para fins sociais. O hábito das pessoas de alta distinção de desfilar pelo entorno do Horto é bastante significativo. Por meio dessas atividades, aparentemente prosaicas, os grupos sociais enviavam mensagens contendo seus valores e normas culturais, transformando o espaço em questão em um ponto de referência, como lugar de encontros e de sociabilidades. Isso vai ao encontro da explanação de Cavalcanti (2017) sobre o “espaço vivido”, no qual a paisagem urbana pode ser entendida como resultado das experiências humanas e dos modos pelo quais os sujeitos oferecem diferentes sentidos à cidade.

Localizado em um vale fluvial, o Horto nasceu, literalmente, à sombra de uma instituição poderosa e que está presente no imaginário de Ouro Preto desde os tempos coloniais: a Casa dos Contos. Esse imponente edifício foi construído entre 1782 e 1784, antes da criação do Horto, em 1799, e representa um dos mais belos exemplares da arquitetura civil barroca mineira. Durante o período da Inconfidência Mineira, há suspeitas de que João Rodrigues Macedo reunia naquela edificação os principais líderes do movimento, para traçar planos de libertação do domínio de Portugal. Quando a conspiração foi descoberta, em 1789, o imóvel foi requisitado para a diligência de devassa da Inconfidência Mineira, com as tropas do vice-rei aquarteladas no imóvel; posteriormente, serviu de prisão nobre para os inconfidentes de títulos sociais elevados (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2023).

O contexto geográfico imediato do Horto Botânico evoca esse violento passado de repressão e de terror que esmagou aqueles que desafiaram o poder português. A vitória de Lisboa significou naquele momento a legitimação da continuidade para explorar os recursos naturais da colônia. O fator natural foi importante na escolha de sua localização, mas o contexto social também, para transmitir a ideia de que a Coroa iria prosseguir com o monopólio e com a imposição das regras sobre os colonos. O Horto Botânico significou a abertura simbólica de uma nova frente de espoliação, com a geologia entrando em decadência, a botânica como uma possível alternativa para o futuro.

A disposição racionalizada das plantas representadas no projeto do Horto de 1799, bem como a subdivisão dos espaços, pode indicar uma concepção voltada a ordenar também os elementos naturais da paisagem pela geometrização da área. Segundo McHarg (1969), essa valorização do geométrico teve seu início durante o

século XVI, na Itália, onde a ideologia em voga era a ação humana sobre a natureza mediante a imposição da geometria euclidiana, materializando, assim, a expressão da supremacia do homem em relação à natureza.

No Horto Botânico de Vila Rica, as plantas estão alinhadas, separadas por conjuntos e espacialmente padronizadas, como um verdadeiro preceito de arte que conferia o aspecto decoroso da urbe, conforme mencionado por Bastos (2012). Contudo, ao contrário do que ocorre na arquitetura e na engenharia, em que a geometria é perfeitamente viável nas construções, na natureza as formas são tortuosas, curvilíneas, angulosas, labirínticas, de maneira que não é possível aplicar o rigor idealizado.

A ordenação das plantas transmite a ideia de organização, da qual Saint-Hilaire sentiu tanta falta quando observou a “assimetria” dos pomares mineiros – e isso diz muito sobre a mentalidade da época. O nascimento dessa cultura disciplinar na Idade Moderna veio acompanhado da violência e da opressão, processos relevantes para obter controle social (Foucault, 2018). A truculência institucionalizada por Portugal marcou a paisagem urbana colonial brasileira desde o seu início, a exemplo da instalação de pelourinhos, onde ladrões, subversivos e sobretudo os escravizados foram brutalmente açoitados em praça pública. Mas, para o contexto de Minas, essa situação tornou-se ainda mais tensa no final do século em razão do movimento separatista e do declínio da mineração. Dominando as pessoas, controlando as mercadorias e domesticando a natureza, conquistava-se assim todo o conjunto.

No tocante às espécies vegetais introduzidas e manipuladas nos pomares, um domínio eminentemente privado, parece que houve o imperativo da subsistência, com os colonos incorporando não apenas vegetais típicos da dieta portuguesa, mas também exemplares nativos, como o feijão e o milho. Este último foi de início rejeitado no contexto paulista por estar simbolicamente associado à cultura indígena, embora apresentasse inúmeras vantagens: era barato, reproduzia-se em um ciclo vegetativo de três meses, não requeria grandes cuidados no solo, era levado nas viagens sob a forma de grãos, podia ser estocado por mais tempo nas residências. Além disso, do ponto de vista culinário, seu preparo era simples e com ele era possível alimentar animais, como suínos e equinos. Em comparação com a mandioca, tão popular em outras áreas da América portuguesa, o ciclo do milho é bem maior, com o transporte sendo realizado por ramas, o que, contudo, dificultava o deslocamento (Basso, 2015).

Entretanto, dentre as espécies mencionadas, uma mereceu destaque: a cevada. Esse cereal, típico de climas mais frios, é resistente aos períodos de estiagem, mas não tolera alagamentos e exige fertilidade do solo. Na Europa, o pão de cevada

era a principal fonte alimentar das pessoas mais pobres, enquanto os produtos feitos com trigo eram consumidos pelas classes mais altas. A batata, originária das Américas, substituiu massivamente a cevada naquele continente ao longo do século XIX (Roden, 1997).

A presença desse cereal pode indicar uma tentativa peculiar de produção em Vila Rica, pois, apesar de a cidade apresentar clima tropical, verifica-se a ocorrência de invernos frios e com a suspeita de que, em séculos anteriores, as temperaturas fossem ainda mais baixas do que na atualidade, de modo que esse suposto fator paleoclimático poderia ter encorajado seu cultivo. É provável que a invisibilidade da cevada nos dias atuais tenha advindo das preferências por outros alimentos, como arroz, trigo, mandioca e milho.

Ademais, a opção por certos vegetais também se deve à natureza do sistema de assentamento que ocorreu em Vila Rica. Antes da descoberta do ouro no Brasil, as terras na faixa litorânea eram divididas por sesmarias dentro de um contexto agrário, por meio de longas faixas de terra. Em Minas Gerais, porém, o desenvolvimento urbano foi extremamente rápido, com as terras divididas por datas e em terrenos muitas vezes inclinados. Dispondo de áreas reduzidas, desniveladas e com solos de pouca aptidão agrícola, os colonos optaram por espécies típicas da horticultura para refeições cotidianas, preterindo espécies de porte arbóreo. E, dentre as espécies escolhidas, destacaram-se as couves, presentes nos relatos de Saint-Hilaire. Essa verdura tornou-se uma marca da cozinha mineira, com a conhecida tríade “feijão-angu-couve” (Frieiro, 1982).

Questões de ordem econômica também determinaram essa mudança já nos primeiros tempos da cidade, visto que a grande distância do litoral e a precariedade dos caminhos atuaram como fatores limitantes para o consumo de alimentos de origem europeia. Por se tratar de uma sociedade estratificada e basicamente organizada entre escravizados e não escravizados, o acesso aos alimentos cultivados foi desigual, com os indivíduos de maior prestígio consumindo as melhores opções e aqueles que não detinham poder e *status* sendo obrigados a adotar estratégias para garantir a sobrevivência. O conjunto botânico, formado pelas plantas mencionadas nos relatos de viajantes, oferece um quadro bastante sortido e equilibrado entre espécies nativas e espécies exóticas vindas da Europa e mesmo da África e da Ásia.

Dessa maneira, fatores ecológicos, fundiários e econômicos contribuíram para a preferência de certas espécies, mas não sem antes se empreenderem esforços no sentido de promover a manutenção de antigos hábitos alimentares de Portugal, como foi o caso da cevada, um exemplo inusitado em um contexto tropical. Isso corrobora a tese de que grupos sociais apresentam a inclinação de serem conservadores quando se trata de preservar hábitos alimentares tradicionais

diante de situações de estresse ambiental ou sociocultural (Douglas, 2003). De todo modo, tal transitoriedade em um pequeno período de tempo é notável, tendo em vista que, em outros contextos da América portuguesa, houve forte apego aos alimentos de origem mediterrânea (Silva, 2019, 2021).

Por fim, é interessante retomar o relato do viajante Gardner, datado de 1838: “[...] plantadas a distâncias irregulares figueiras silvestres naturais do país, as quais[,] crescidas, não somente dão boa sombra como acordam em um europeu lembranças de sua terra natal”. Além da clara função de refrigério, ao proporcionar estímulos sensoriais de maior conforto diante da tropicalidade, nota-se como uma paisagem – a do entorno de Vila Rica – pode remeter à outra – existente na Europa. E essa associação só foi possível graças às experiências e vivências desse viajante. Para os indivíduos que nunca visitaram o Velho Continente, aquela disposição irregular de figueiras não tinha nenhum significado, mas, para Gardner, certamente trouxe à sua cognição pensamentos e afetos ligados ao campo das recordações.

À medida que a cidade crescia e era associada com as péssimas condições dos caminhos que constituíam as únicas vias de acesso para a chegada de víveres alimentícios, restou ao governo metropolitano incentivar a produção agrícola nos arredores de Vila Rica e em locais como os pomares, que se tornaram muito relevantes como fontes seguras para a alimentação da população. Mas, diante dos relatos dos viajantes, não parece ter havido nesses espaços aspectos como decoro, harmonia ou regularidade segundo uma ótica erudita. A dimensão privada teria sido mais forte, com os proprietários administrando tais espaços conforme regras próprias, em contraponto com o Horto Botânico, cujo desenho seguia idealmente princípios geométricos.

A introdução de espécies exóticas em um ambiente natural acarreta impactos ambientais. É possível que diversos animais tenham provocado algum desequilíbrio ecológico nos pomares e jardins da cidade, a exemplo de brocas, carunchos, besouros, gafanhotos, pulgões, cochonilhas, ácaros, lagartos, nematoides, percevejos e, principalmente, formigas. Segundo Meneses (2015), esses insetos são endêmicos nas Américas e comuns no Sul dos Estados Unidos, na América Central e na América do Sul (com exceção do Chile). No Brasil, há doze espécies do gênero *Atta*, cinco delas comuns em Minas. Nos séculos XVIII e XIX, era tradição nos quintais mineiros cercar árvores frutíferas e plantas de jardim com estruturas contendo água por ser uma estratégia de combate eficiente.

Em se tratando de recursos hídricos, a observação de antigas estruturas ligadas ao sistema de captação e armazenagem de água foi bem marcada na paisagem urbana, conforme registrado nas atividades de campo, a exemplo de tanques, fontes e chafarizes, indicando que os antigos colonos tiveram à disposição apreciável

fartura de água em praticamente toda a cidade. O arcabouço geológico da região favorece a abundância de nascentes, em termos tanto de qualidade como de quantidade. Entretanto, se a natureza foi dadivosa no aspecto hídrico, o mesmo não pode ser dito a respeito dos solos: as superfícies são ácidas e de baixa fertilidade. Nessas condições, a introdução de plantas que exigem mais nutrientes para o seu desenvolvimento ficou bastante restrita.

Outro desafio enfrentado para estabelecer jardins e pomares foi a geomorfologia da cidade. Com fortes ladeiras, morros, encostas, penhascos e vales profundos, os colonos tiveram de encontrar uma solução para superar essa condição topográfica. E, diante desse quadro, terraços sucessivos foram construídos para adequar as propriedades ao relevo, conforme notaram os viajantes que por ali passaram. Nesses locais, foram construídos muros de pedra seca, ou seja, sem argamassa, para marcar limites de propriedades. Vale destacar que eles permitiam o escoamento pluvial.

Assim, as grandes edificações não são os únicos elementos que evidenciam o espírito de uma cidade; outros integrantes do espaço físico urbano podem revelar histórias que as construções não contam. Considerando essa chave de interpretação e o papel dos vegetais no centro dessa discussão, entende-se que a implantação de uma ideologia do controle da natureza foi o caminho adotado para sustentar o processo colonialista de Portugal.

Paisagens apresentam dimensões mentais, estéticas, sociais e técnicas (Besse, 2014), e o caso de Vila Rica permitiu entrever como essa urbe lidou com as plantas em seus espaços exíguos e com o conhecimento tecnológico disponível para tentar superar as limitações. Desse modo, quer estivessem ligadas aos aspectos da alimentação, quer aos da medicina, do refrigério ou da beleza cênica, entende-se que as plantas introduzidas no espaço urbano de Vila Rica fizeram parte do projeto de dominação.

A manipulação da natureza marcou uma nova etapa na história das paisagens urbanas, por provocarem novas relações entre sociedade e natureza. A introdução desses seres vivos, entendidos aqui como cultura material arqueológica, teve como objetivo expandir mercados comerciais e imputar valores socioculturais, um fenômeno que Crosby (1993) chamou de “imperialismo ecológico”. Segundo esse pesquisador, o sucesso de adaptação dos portugueses no além-mar foi, em grande parte, devido à sua habilidade de expandir a reprodução de vegetais, de animais e de parasitas por onde colonizaram.

Considerações finais

Quando a extração aurífera chegou ao fim, no século XIX, a cidade adquiriu um novo papel, o de entreposto comercial de uma grande rede urbana que já

estava formada em Minas Gerais. Diversos estrangeiros passaram por ali e registraram suas impressões, a maior parte aspectos de decaimento. Descontados os valores etnocêntricos desses viajantes, é interessante notar a expectativa que eles criaram sobre a cidade em razão de sua fama e o que encontraram efetivamente após o auge da mineração.

Grande referência na manipulação das plantas na cidade, o Horto Botânico, organizado pelo respeitado naturalista Joaquim Veloso Miranda, assumiu uma feição que ilustrou a história colonial de pessoas e mercadorias, em que foi cenário de exibição social das elites e de ensaios para a expropriação do meio ambiente. Cultivar plantas na dura geografia de Vila Rica era um verdadeiro “trabalho de Sísifo” para os cidadãos, enquanto o Horto representava os ideais de uma natureza domesticada.

Com a chegada do Império, um novo horto foi criado na área do atual Córrego Passa Dez, nas terras que pertenciam ao contratador João Rodrigues de Macedo, personagem importante no movimento da Inconfidência Mineira. Essa criação, além de pragmática, foi fortemente simbólica para a cidade, indicando que o tempo dos colonizadores havia terminado.

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO. Coleção Fontana. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/luizfontana/#fotografias>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BASSO, R. *A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho (1650-1750)*. São Paulo: Alameda, 2015.
- BASTOS, R. A. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação das novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. 2003. 240 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- BASTOS, R. A. Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII. *Revista do IEB*, n. 44, p. 27-54, fev. 2007.
- BASTOS, R. A. O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII. *Anais do Museu Paulista*, v. 20, p. 201-230, 2012.
- BASTOS, R. A. A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. *caiana*, v. 8, p. 97-104, 2016.
- BESSE, J.-M. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Uerj, 2014.
- BORREGO, M. A. de M. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

- BRASIL. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 10 de junho de 1893, p. 6. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1649279/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-06-1893>
- CARRATO, J. F. Uma casa portuguesa com horta e jardim, nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista de Guimarães*, v. 81, p. 120, 1971.
- CARVALHO, E. T. de. *Carta geotécnica de Ouro Preto*. 1982. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.
- CARVALHO JÚNIOR, I. J. de. *A neve em Palmas, PR: da reconstituição histórica à abordagem dinâmica*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004. p. 298.
- CAVALCANTI, F. Terceira porta: paisagem como experiência de cidade. In: VERAS, L. et al. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo: cidade-paisagem*. Recife: CAU; João Pessoa: Patmos, 2017. p. 52-79.
- CHAVES, C. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. 1995. 198 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- COLLOT, M. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.
- COLPAS, A. R. *A importância do levantamento histórico nas pesquisas de arqueologia urbana no centro histórico da primeira capital da colônia portuguesa no Brasil: uma análise a partir dos processos de licenciamento do Iphan (2016-2020)*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023.
- COSTA, D. M. O urbano e a arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. *Vestígios, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 8, p. 46-71, 2014.
- CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DELSON, R. M. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília, DF: Alva-Ciord, 1997.
- DOUGLAS, M. *Food in social order*. London: Routledge, 2003.
- DUNCAN, J. *The city as text: the politics of landscape interpretation in Kandy Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- FONSECA, C. D. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. *Anais do Museu Paulista*, n. 1, p. 77-10, 2012.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- GIMMLER, M. M. *A paisagem de Ouro Preto*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- GOOGLE. Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2024.
- LAROZE, C. *Une histoire sensuelle des jardins*. Paris: Olivier Orban, 1990.

- MAGALHÃES, S. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume, 2004.
- MAIA, M. R. de C. Histórias (re)conectadas: o Horto Botânico de Vila Rica e os jardins do antigo Palácio dos Bispos de Mariana. In: PESSOA, A.; FASOLATO, D. (org.). *Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. v. 1, p. 89-105.
- MANGUEIRA, R. *Cartas arqueológicas para a cidade de São Paulo: estabelecimento de modelo de potencial para a preservação de bens arqueológicos*. 2018. 218 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MATOS, O. As cidades mineiras vistas por alguns viajantes estrangeiros no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1974, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.
- MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.
- McHARG, I. *Design with nature*. New York: John Wiley, 1995.
- MENESES, J. N. C. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, v. 23, p. 69-92, 2015.
- MESSIAS, M. C. T. B. *et al.* Uso popular de plantas medicinais e perfil socioeconômico dos usuários: um estudo em área urbana em Ouro Preto, MG, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 76-104, 2015.
- NASCIMENTO, S. T. *Geodiversidade e geomorfologia antropogênica na região das minas de ouro no anticlinal de Mariana, MG*. 2016. 88 f. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016. p. 112.
- OLIVEIRA, M. A. *Os valores culturais na paisagem urbana de Ouro Preto: Um estudo de caso das áreas verdes na Ladeira de Santa Efigênia*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- _____. *O patrimônio paisagístico nas cidades luso-brasileiras: um olhar sobre duas realidades, Olinda e Ouro Preto*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Évora, Évora, 2008.
- _____. Jardines coloniales brasileños: sitios de lo útil a lo agradable. *Revista Norba Arte*, p. 247-259, 2010.
- _____. Da paisagem como jardim: Olinda e Ouro Preto. *Revista Quintana*, v. 10, 2011.
- OLIVEIRA, M. A. R. de. Arquitetura da mineração nos estados de Minas Gerais e Goiás. In: BICCA, B. E. P.; BICCA, P. R. S. (org.). *Arquitetura na formação do Brasil*. Brasília, DF: Unesco, 2006.
- ORLANDI, E. de L. P. *Cidade atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

- OSPINA, L. M. U.; JARDIM, C. M.; FERNÁNDEZ, G. R.; KOZOVITS, A. R.; LEITE, M. G. P.; MESSIAS, M. C. T. B. Traditional ecological knowledge in a ferruginous ecosystem management: lessons for diversifying land use. *Environment, Development and Sustainability*, London, v. 23, n. 1, p. 2092-2121, 2021.
- PEREIRA, M. M. *Saber e honra: a trajetória do naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda e as pesquisas em História Natural na capitania de Minas Gerais (1746-1816)*. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- PEREIRA, S. M. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- POHL, J. B. E. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821 publicada por ordem de sua majestade o imperador da Áustria Francisco Primeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: Instituto Nacional do Livro, 1951. v. 2.
- POPP, J. H. *Geologia Geral*. 6. ed. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Parque Natural Municipal Horto dos Contos, 2023. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/meioambiente/horto-dos-contos>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- REIS, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil 1500-1720*. 1964. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.
- RODEN, C. *The Book of Jewish Food*. [S.l.]: Knopf, 1997. p. 135.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. 1.
- SALGADO, M. *Ouro Preto: paisagem em transformação*. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SANTOS, N. *Interface entre Arquitetura e Arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano*. 2009. 156 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, 2009.
- SCALCO, R. *Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do mosaico de unidades de conservação da área de proteção ambiental Cachoeira das Andorinhas, Ouro Preto, MG*. 2009. 228 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SCHÜRMAN, B. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, v. 7, n. 1-2, p. 149-178, 2012.
- SILVA, F. G. da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- SILVA, L. V. da. *As cerâmicas da Casa da Torre e do Galeão Sacramento: hierarquia social, simbolismo e ideologia nas práticas alimentares na Bahia Colonial*. 2019. 603 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

- SILVA, L. V. da. Entre o progressismo e o conservadorismo: cultura material e alimentação em Salvador durante o período colonial. In: COLÓQUIO DIAITA LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA E CULTURAS DA ALIMENTAÇÃO, 7., 2021, Belo Horizonte. Caderno de Programação e de Resumos, Belo Horizonte: UFME, 2021. Tema: O que come a cidade? Como a cidade come?
- _____. O espaço urbano visto como uma “teia de significados”: possíveis contribuições de Clifford Geertz à Arqueologia das Cidades. *Revista Intratextos*, v. 14, p. 17-30, 2023.
- SMITH, R. *Robert Smith e o Brasil: Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, DF: Iphan, 2012.
- VASCONCELLOS, S. de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VIEIRA, L. de C. *O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto*. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- WALSH, R. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1985. v. 2.

Leandro Vieira da Silva

Graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduado em Solos e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Turismo e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (Uniarara) e em Planejamento Urbano pelo Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor) com as respectivas monografias apresentando interface com temáticas arqueológicas. Atualmente, é pós-graduando em História da Arte pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia pela UFMG e doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Integra os grupos de pesquisa História da Alimentação (UFMG), História Regional da Bahia (Uneb/UFRB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (Uesc). É servidor efetivo da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. Na Fundação Estadual do Meio Ambiente, tem experiência em licenciamento ambiental, processos de auto de infração nas temáticas de arqueologia, espeleologia, unidades de conservação e processos erosivos e na gestão ambiental e arqueológica de minas abandonadas dos séculos XVIII e XIX. No Instituto Estadual de Florestas, tem experiência em criação de áreas protegidas, na análise de planos de manejo e na gestão do patrimônio arqueológico com atividades referentes ao turismo arqueológico, à educação patrimonial, à conservação dos sítios, a processos de tombamentos e apoio aos museus dos parques.

Email: leandrovds1980@yahoo.com.br; leandro.vieira@meioambiente.mg.gov.br

ORCID: 0000-0002-9468-8760

Submissão: 31 de janeiro de 2024.

Aprovação: 18 de dezembro de 2024.

Editores da RBEUR: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Como citar: SILVA, L. V. da. Jardins, pomares e o horto: as espécies vegetais introduzidas e seus espaços na cidade de Vila Rica, séculos XVIII e XIX. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202542, 2025. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202542>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR